

A geopolítica do desenvolvimento sustentável: reflexões sobre o encontro entre economia e ecologia

The geopolitics of sustainable development: reflections
on the meeting between economy and ecology

Leandro Dias de Oliveira*

Resumo

A concepção de Desenvolvimento Sustentável vem sendo apresentada como um receituário “incontestável” para a consecução de um equilíbrio socioecológico planetário, cujo escopo é o ajuste da natureza aos interesses econômicos por meio de estratégias para a conservação das riquezas naturais situadas, em maior parte, no território dos países periféricos. Para refletir sobre tal concepção, este artigo objetiva analisar: a) o despertar político da contradição “desenvolvimento x meio ambiente”; b) a emergência da problemática ambiental contemporânea; e c) o encontro entre “desenvolvimento e meio ambiente”, a partir da institucionalização do desenvolvimento sustentável no *Nosso Futuro Comum* e sua celebração durante a Conferência do Rio de Janeiro, a Rio 92.

Palavras-chave: Geopolítica do Desenvolvimento Sustentável. Problemática Ambiental Contemporânea. Meio Ambiente.

Abstract

The conception of Sustainable Development has been presented as an “inconstestable” prescription to the attainment of a planetary social ecologic balance, whose purpose is the adjustment to the economical interests thru strategies for the maintenance of the nature resources situated, in bigger part, in the territory of the peripheral countries. To reflect on this concept, this article aims to analyze: a) the political awakening of contradiction “development x environment”, b) the emergence of Contemporary Environmental Problematic; and c) the encounter between “*development and environment*”, through the institutionalization of sustainable development in the “Our Common Future” and the celebration of the conception of sustainable development during the Conference of Rio de Janeiro, Rio 92.

Keywords: Geopolitics of the Sustainable Development. Contemporary Environmental Problematic. Environment.

* Doutor em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e professor de Geopolítica do Departamento de Geociências da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), *campus* Seropédica. Contato: diasgeo@ig.com.br.

Introdução

Acontecimentos efêmeros são capazes de mudar a perspectiva da sociedade e do mundo. O século XX é marcado por grandes efemérides, como mostra a instigante obra de Emir Sader (2000), entre outras referências, sobre esse período. Destacamos alguns fatos que, além da efemeridade, têm em comum o caráter profundamente simbólico, e um processo de criação, experimentação e produção: o voo dos irmãos Wright (1905) e o de Santos Dumont (1906), que duraram apenas alguns segundos; o dia 24 de outubro de 1929, que é lembrado pela quebra da Bolsa de Nova Iorque, e que provocou uma grave crise financeira mundial; nessa mesma data, mas em 1945, e na mesma cidade, Nova Iorque, foi criada a Organização das Nações Unidas, responsável por estabelecer relações diplomáticas no mundo pós-guerra; e no período de 13 dias, no mês de outubro de 1962, acirraram-se os ânimos da “Guerra Fria”, que quase desencadearam um enfrentamento entre Estados Unidos e União Soviética, no episódio conhecido como Crise dos Mísseis. Ainda que movidos por processos econômicos, políticos, sociais e históricos, esses fatos tiveram, em pequeno período de tempo, profundas implicações na história mundial.

Indubitavelmente, nenhum desses acontecimentos tem a dimensão da explosão de uma bomba atômica. Às 8h15min da manhã, do dia 6 de agosto de 1945, centenas de milhares de pessoas morreram em virtude da explosão nuclear em Hiroshima, que marcaria para sempre – juntamente com a explosão atômica de Nagasaki, três dias depois – a história da humanidade pela sua capacidade destruidora. As explosões das bombas atômicas em terras nipônicas registraram a vitória dos Estados Unidos na Segunda Grande Guerra e a retomada do medo (quase medieval) do fim do mundo, não por forças desconhecidas, mas pelo uso da ciência e da tecnologia com interesses destrutivos e, conseqüentemente, pelo menos para alguns setores, o fim da crença na neutralidade da técnica.

Vários autores, entre os quais Barbieri (2007), Bernardes e Ferreira (2003), Foladori (2001), Hobsbawm (2000), Mendonça (1998), Porto-Gonçalves (2002) e Ribeiro (2005), relacionam a gênese da atual preocupação ambiental mundial com o horror causado pela eclosão das nefastas bombas nucleares ao fim da Segunda Grande Guerra, e a certeza da capacidade de destruição macroescalar dos países mais poderosos do centro do sistema capitalista. O Homem Moderno, “senhor e possuidor da natureza”, agora ameaçava sua própria sobrevivência, em escala planetária, devido às disputas de riqueza e poder. A explosão das bombas atômicas em território japonês elucidou para todos que não havia limites para as ambições de poder na sociedade humana, e ainda deixou patente tratar-se de uma ameaça real às gerações futuras, uma vez que tais armamentos nucleares destroem por completo o lugar de sua detonação, extinguindo a vida presente e comprometendo a sua descendência, devido à radiação. É sintomático que termos como “limites” e “gerações” estejam, a partir de então, constantemente presentes no léxico da problemática ambiental¹.

Os tensionamentos pautados nessa “ordem do medo” – ou “ecohisteria”, na definição de Milton Santos (2000), ou ainda “ecocatastrofismo”, segundo Geraldo Luís Lino et al. (2005) –

1 Vide o título do estudo do Clube de Roma intitulado *Limites do Crescimento*, e ainda a própria definição de desenvolvimento sustentável presente no Relatório Brundtland (*Nosso Futuro Comum*), como aquele que atente “às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades” (Brundtland 1988, 46, grifo nosso).

provocaram reflexões sobre os conceitos de desenvolvimento e progresso, e forneceram a base conceitual para a paulatina construção, nas décadas seguintes, da ideia de “desenvolvimento sustentável”. A hecatombe nuclear tornou-se assim a referência inicial para a emergência de uma “problemática” – terminologia baseada na obra de Arlete Moysés Rodrigues (1998, 2005, 2006a, 2006b e 2007) – pois uma problemática corresponde “a um sistema de questões, onde as ideologias se constituem como respostas concretas, se enraízam devido ao fato de as problemáticas serem desconhecidas historicamente” (Escobar 1975, 13). Evidentemente, a “problemática ambiental está diretamente ligada às atividades sociais que incidem **sobre** a natureza” (Fernandes e Sampaio 2008, 89, grifo dos autores).

Além de potente estigma da Problemática Ambiental Contemporânea, a eclosão das bombas nucleares prenunciou um período de “preocupações ambientais” que delinearam uma nova política territorial em escala global. Destaca-se a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1945, e o despertar de uma luta pela paz duradoura e de discussões ecológicas que podem ser relacionadas ao surgimento de movimentos ambientalistas e dos primeiros partidos verdes, além da publicação de trabalhos como “Primavera Silenciosa”, de Rachel Carson (1962), e principalmente de *Limites do Crescimento*, do Clube de Roma (1972) (Meadows et al. 1973).

Este artigo objetiva refletir sobre a construção da concepção de Desenvolvimento Sustentável, e está dividido em três momentos de reflexão: a) o despertar político da contradição “desenvolvimento x meio ambiente”; b) a emergência da problemática ambiental contemporânea; e c) o encontro entre “desenvolvimento e meio ambiente”, por meio da institucionalização do desenvolvimento sustentável no *Nosso Futuro Comum* e sua celebração durante a Conferência do Rio de Janeiro, a Rio 92.

O despertar geopolítico da contradição desenvolvimento x meio ambiente

Etimologicamente, “des + envolver” significa retirar o que oculta, o que envolve; uma forma de conhecer algo que está envolvido, romper o que está oculto (Pizzi 2005). Segundo Jovino Pizzi (2005), no período medieval, o desenvolvimento vinculava-se a algo cíclico, com um começo, apogeu e declínio. Na perspectiva científica positivista, passou a designar um progresso sistemático, com um constante ideal de superação. A racionalidade moderna passou a definir desenvolvimento como crescer, aumentar, incrementar, ou seja, como sinônimo de amadurecimento, de avanço, de prosperidade. Após a Segunda Guerra Mundial, quando Harry Truman popularizou o termo subdesenvolvimento, a concepção de desenvolvimento igualou-se à de progresso material, um estágio a ser atingido por todos os países do mundo (Pizzi 2005).

Apresentamos, então, uma questão central em nossas reflexões: Por que esse sentido hegemônico de desenvolvimento recebeu questionamentos ambientais? Ainda que saibamos que “o desenvolvimento não poderá nunca ser o objeto de uma definição satisfatória para todos, isto é, para todos os países, todas as experiências, todas as exigências” (Sinaceur 1981, 11), essa questão permite realizar uma reflexão, com referencial teórico e metodológico crítico, sobre o potencial e a inexorável capacidade sedutora do desenvolvimento na sociedade capitalista.

Para Carlos Walter Porto-Gonçalves (1992, 11), o conceito de desenvolvimento “revela-se como um fim em si mesmo, o que significa sair/dominar a natureza, e também os homens”, algo

próximo ao que apontou Sinaceur (1981, 11), ao afirmar que o “desenvolvimento é ao mesmo tempo a ação de desenvolver e o que daí resulta”.

Celso Furtado (2000) ensina que o desenvolvimento tem sido utilizado em dois sentidos ambíguos na contemporaneidade: como a eficácia da acumulação e da técnica de um sistema social e como o grau de satisfação das necessidades humanas. Segundo o autor, ainda que a tendência inicial dos intelectuais fosse compreender o avanço das técnicas como um meio de contornar a escassez – como se a invenção de máquinas fosse sempre com o objetivo de superação das dificuldades e satisfação de necessidades humanas –, a constante renovação técnica (e a conquista de novas tecnologias) acaba condicionada aos interesses dominantes. Destarte, Furtado (2000, 14) afirma que “o progresso técnico é um conjunto de transformações sociais que possibilitam a persistência do processo de acumulação, e, por conseguinte a reprodução da sociedade capitalista”. Para ele, por viabilizar a acumulação, o progresso técnico está a serviço da realização deste projeto², e significa, ideologicamente, a “assimilação das novas formas de vida possibilitadas por um nível mais alto de acumulação” (Furtado 2000, 27).

A tecnologia, que é uma força produtiva *par excellence* (Dias 1999, 24), traz embutida “consequências inevitáveis de desqualificação e perda de controle imediato dos trabalhadores sobre o processo de trabalho” (Carvalho 1987, 31). As máquinas fortaleceram ainda mais os capitalistas (Antunes 1980, 10), já que o lugar da tecnologia torna-se também o lugar da servidão, e o potencial libertador da técnica revela-se ao avesso, com a instrumentalização do homem (Araújo 2000, 135). Estamos de acordo com Gilvan Hansen (1999, 151), quando este aponta que a tecnologia, ao mesmo tempo em que “carrega elementos aniquiladores das relações de produção nos moldes do desenvolvimento como nós a conhecemos”, traz consigo “potenciais emancipatórios capazes de favorecer o desenvolvimento da interação social e promover, paradoxalmente, a humanização das relações de produção”. A técnica visa possibilitar a expansão continuada dos gastos de consumo dos grupos de rendas altas e médias (Furtado 2000); seja incorporando-se diretamente ao saber do homem, seja sob a forma de instrumentos, as técnicas somente se transmitem mediante um processo de acumulação e funcionam como instrumento de dominação de classe. Não se mostra muito plausível apostar no progresso técnico como moderador do *trade-off* entre a economia e o meio ambiente (Miranda et al. 1999, 68).

Jacques Ellul (1968) nos proporciona uma leitura da técnica além da identificação técnica-máquina e nos mostra, como Babini (1972), que a técnica é o ato em si. Segundo Jacques Ellul (1968, 101), “a técnica é o melhor meio de fazer alguma coisa”; isso porque, segundo o autor, a técnica é um meio, “um modo único que não é entregue à nossa livre escolha, porque nada tiraremos da máquina ou da organização se não nos servirmos dela como devemos”, ou seja, “é, por si mesma, um modo de agir, exatamente um uso”. Com tal definição, Ellul – que, para McFetridge et al. (1992) trata com hostilidade a tecnologia – nos mostra que a técnica é uma construção social da coletividade, que condiciona e é condicionante das ações humanas e, por que não, da produção do espaço geográfico (Claval 1979, Santos 2002). A técnica é a invenção ligada

2 Segundo Celso Furtado (2000, 09), as raízes da ideia de progresso podem ser detectadas em três correntes do pensamento europeu que assumem uma visão otimista da história a partir do século XVIII: a) o Iluminismo, que concebe a história como uma marcha para o racional; b) a ideia de acumulação de riqueza, com a promessa de um futuro melhor; e c) a expansão geográfica da influência europeia, como um acesso a uma forma “superior” de civilização.

à ação, e, na civilização industrial-moderna-ocidental, a criação técnica canaliza o gênio inventivo (Furtado, 2000). Não é por outro motivo que Sinaceur (1981: 17) afirma que “o desenvolvimento é o Ocidente reproduzindo a si próprio”.

Assim, a técnica ideologicamente faz a sociedade moderna crer em um triunfalismo civilizatório do modo de vida ocidental. Afinal, a contemporaneidade encontra mensagens otimistas na superação dos limites e das misérias do tempo atual, com a resolução dos problemas contemporâneos através da emergência de um “tempo novo”, uma “nova vida”, um “novo homem”, uma “nova sociedade”, uma “nova era” (Rodrigues 2003, 35). E a técnica, através de seu constante progresso, será a responsável pela reconstrução constante do desenvolvimento. Por sinal, o desenvolvimento das máquinas e instrumentos que possibilitam o trabalho industrial nos mostra até que ponto a totalidade do conhecimento social e da ciência se transformou numa força produtiva imediata (Doria 1974). A noção de desenvolvimento é um paradoxo de nosso tempo: a vontade do progresso convivendo com a desconfiança face ao mesmo (Sinaceur 1981).

Henri Lefebvre (2009, 80) afirma que, no modo de produção capitalista, o progresso econômico é “um desenvolvimento das forças produtivas, mas a preço de ruínas, falências e a miséria resultante para os operários, ou seja, por meio de contradições múltiplas”. Sob a égide do sistema capitalista, o desenvolvimento significa o aumento na formação de capital e introdução de inovações tecnológicas (Biato et al. 1973), mas ideologicamente se constitui como um sinônimo de modernização e progresso (Scotto, Carvalho e Guimarães 2007), mitos para a ilusão necessária de que somente com o sistema capitalista obtêm-se um crescimento econômico e tecnológico para toda a sociedade. Fazemos coro com Eric Hobsbawm (1985, 17), quando este afirma que o progresso “é observável na crescente emancipação do homem relativamente à natureza e no seu domínio cada vez maior sobre a mesma”.

O geógrafo Massimo Quaini (1979) acrescenta que tal desenvolvimento das forças produtivas se espalha de maneira progressiva, integrando vários lugares e regiões, e criando um sistema de interdependências funcionais, econômicas e geográficas. Aliás, desde os seus primórdios, o capitalismo mostrou com clareza a sua face territorial, marcadamente com o processo de privatização das terras através do “cercamento dos campos” (*enclosures*), determinante no fim do mundo feudal (Cf. Dobb 1973, Huberman 1969, Hunt e Sherman 1978), que transformou em capital os meios de subsistência (Codo 1985) e dissociou o trabalhador dos meios de produção (Marx 1980) e da própria natureza (Foster e Clark 2006).

De acordo com os argumentos relacionados, podemos sintetizar que o desenvolvimento, sob a égide do sistema capitalista, significa: a) domínio sobre a natureza, e, por conseguinte, sobre o território, através da subserviência das riquezas naturais aos ritmos da produção econômica; b) progresso econômico, entendido aqui como acumulação de capital a ser obtido, especificamente, através da opressão de classe e exploração da força de trabalho, ocultados ideologicamente; c) modernização técnica, que compreende a evolução massiva da maquinização do processo produtivo, que geograficamente implica em um processo de tecnificação espacial; d) hegemonia econômica na perspectiva do sistema-mundo, na medida em que o desenvolvimento é um modelo a ser atingido pelos países que compõem a periferia econômica mundial; e por fim, e) uma ideologia extremamente potente, capaz de indicar um futuro próspero a ser construído através da reprodução do modelo então vigente. É com esse alicerce conceitual que a justaposição

desenvolvimento + sustentável³ será paulatinamente construída no âmago da geopolítica e da economia.

Os questionamentos ambientais do conceito de desenvolvimento

Ao mesmo tempo em que podemos afirmar que o desenvolvimento das forças produtivas não foi imposto por nenhuma necessidade histórica (Furtado 2000), e que, dessa forma, priorizou o aumento na acumulação de capital, torna-se possível perceber que o conceito de desenvolvimento se fundou “no processo de invenção cultural no qual o homem é o agente transformador do mundo, e por isso traduz potencialidades humanas em um sentido positivo” (Furtado 2000, 7). Segundo Celso Furtado (2000), no momento subsequente a Segunda Grande Guerra, iniciou-se uma profunda reflexão sobre o modelo de desenvolvimento, envolvendo a tomada de consciência do atraso econômico em que vive a grande maioria da humanidade. Com essa proposta, houve a participação ativa da ONU (Organização das Nações Unidas), suas comissões regionais e agências especializadas, no processo de reflexão sobre o desenvolvimento, com o conseqüente desmantelamento das estruturas coloniais e emergências de novas formas de hegemonia internacional fundadas no controle da tecnologia e da informação e na manipulação ideológica (Furtado 2000).

Ainda que o período pós-guerra seja identificado com uma “Era de Ouro” (Hobsbawm 2000), para os países centrais (especialmente para os Estados Unidos), pelo grande desenvolvimento econômico e pela produção concentrada de riqueza, não há dúvidas sobre a emergência de um verdadeiro “vazio” teórico, analítico e doutrinário que transpôs diferentes classes, Estados e regiões da economia-mundo (Perroux 1981). Ocorreu a complexificação dos problemas da agenda global com a degradação socioambiental e os riscos sistêmicos de crise financeira de processos especulativos e de fraudes (Bocayuva 2007). Em 1950, por exemplo, o consumo mundial de energia era dez vezes maior que o de um século antes (Lopes 1987), o que claramente instituiu novas exigências energéticas e produtivas. Os problemas da agenda do desenvolvimento se tornaram questões efetivamente globais – e o próprio desenvolvimento-modernização acabou sendo colocado em xeque (Almeida 2002) –, exigindo um enorme esforço de reconstrução de estruturas, organizações e movimentos de porte mundial.

Assim, a década de 1960 é a responsável pela emergência do movimento ecológico/ambientalista, organizado de forma autônoma e independente, sem uma referência classista imediata (Dias 2003, Ortiz 1996). Esse movimento imprime um caráter questionador do modo de vida, sobretudo em relação à “destruição do meio ambiente”, e acaba englobando questões diversas, como o desmatamento, o uso de agrotóxicos, a extinção das espécies, e até mesmo, a crítica ao *american way-of-life*. Quando desponta na década de 1960, o movimento

3 O termo sustentável “tem origem na Ecologia (ciência natural) e se refere, de maneira geral, à natureza homeostática dos ecossistemas naturais, à sua autopropetuação” (Brügger 1994, 72-73). O sustentável, na leitura da Ecologia, engloba, ainda, o conceito de “capacidade de suporte”, cuja definição passa por um balanceamento de recursos disponíveis e crescimento populacional de determinada espécie (Brügger 1994 e também Begossi 1997). Aproximando economia e ecologia, o desenvolvimento sustentável oferece muito mais o puro somatório de termos do que a composição de duas áreas do conhecimento. A contradição do desenvolvimento sustentável está na soma de “desenvolvimento”, retirado da economia, e “sustentabilidade”, da biologia e da ecologia, apesar de “sustentabilidade” e “desenvolvimento capitalista” se negarem mutuamente (Boff 2000).

ambientalista possui um caráter então radical, pois identifica “como seus inimigos a voracidade do lucro, o gigantismo industrialista, a centralização do poder de estado, a apropriação privada e descontrolada dos recursos naturais e o complexo industrial-militar” (Minc 1985, 09). Afinal, a influência americana difunde-se pelo mundo, de forma que o sonho americano se transformara em sonho mundial, baseado nos altos índices de consumo (Taylor 1997). Não era possível manter o nível de consumo e a promessa do padrão de desenvolvimento dos subúrbios norte-americanos para todos os países do globo.

É importante alentar que, evidentemente, os problemas de ordem ambiental não nascem no Pós-Guerra, mas que, desde a Idade Média, há registros de destruição ambiental. Jean Gimpel (1977) nos aponta os graves desmatamentos europeus do período, com alguns dados factuais: em 1330, as florestas da França cobriam 13 milhões de hectares, ou seja, apenas 1 milhão de hectares a menos que em nossa época; na Inglaterra, em 1170, a construção do castelo de Windsor exigiu o corte de uma floresta inteira, sacrificando 3.004 robles (espécie florestal comum na vertente atlântica da Europa), e mais 940 robles dos bosques de *Combe Park* e *Pamber*. O autor ainda atesta que, durante o século XIII, no Norte da França, a madeira já era tão rara e cara que se alugavam caixões para os óbitos dos mais pobres, para que após velório fossem enterrados diretamente em suas covas. É já na sociedade medieval que progressivamente se substitui o trabalho manual pelo trabalho das máquinas, dando origem a uma verdadeira revolução industrial (Babini 1972, Gimpel 1977), em um processo tão lento que não evitará as dificuldades de adaptação social da economia agrária para a economia industrial durante a Revolução Industrial Inglesa do Século XVIII (Henderson 1979).

Jean Gimpel (1977) atesta também em sua obra que, já no século XIII, ocorrem protestos contra a destruição de florestas na Europa: houve interdição de serrarias hidráulicas em Colmars, França, enquanto na comuna de Montaguloto, Itália, exigiu-se que cada proprietário de terras plantasse 10 árvores por ano. Por fim, a Inglaterra importava, já nesse período, madeira da Escandinávia. Protestos semelhantes ocorriam no medievo em relação à queima do carvão (hulha). Segundo o mesmo autor, nos últimos anos do século XIII, Londres obteve o triste privilégio de ser a primeira cidade do mundo a sofrer reconhecidamente a poluição atmosférica, gerando proclamações reais de proibição do uso do carvão nos fornos de cal sob pena de multa. A poluição da água também era naquele período um grave problema, com o rio Sena afetado por matadouros e curtumes⁴.

Esse “novo” movimento ecológico/ambiental que emerge na década de 1960 traz consigo uma crítica à sociedade tecnológico-industrial (particularmente, contra empreendimentos extremamente controversos ambientalmente, como as centrais nucleares), tanto capitalista quanto socialista, e é em parte fruto das agitações estudantis de 1968, nos Estados Unidos e na Europa (Diegues 1996). Contudo, o movimento ambientalista desse período – Montibeller-Filho (2008) fala em “revolução ambiental norte-americana” – faz repercutir um antigo debate que, em termos teóricos, havia nos Estados Unidos já no século XIX. Naquele momento, duas visões de proteção do mundo natural se enfrentavam, sintetizadas pelo arquétipo do embate entre as

4 Gimpel (1977) também relata em sua obra que, em 1338, foi promulgada a primeira lei antipoluição do mundo: o Parlamento Inglês, sediado em Cambridge, votou essa lei contra a poluição de rios e do ar, conclamando, sob pena de multa, a levar as “imundícies” para fora da cidade. Vale ainda atentar que não havia ainda o termo poluição, falava-se em “corrupção do rio”.

ideias do engenheiro florestal Gifford Pinchot (fundador do Serviço Florestal dos EUA, em 1905), que articulou as bases teóricas do conservacionismo; e do naturalista John Muir (escocês, radicado nos Estados Unidos), que propugnou, sob influência de Thoreau, Marsh, Darwin e Haeckel (este último, criador da noção de ecologia), as bases do preservacionismo (Diegues 1996).

Os preservacionistas são aqueles que lutam pela criação dos Parques Nacionais, onde é possível “reverenciar a Natureza num sentido de apreciação estética e espiritual da vida selvagem” (Diegues, 1996, 30), protegida da industrialização, da urbanização e de qualquer intervenção do homem. O preservacionismo aposta na intocabilidade dos sistemas naturais, o “culto ao silvestre” (Martínez-Alier 2007), com a implantação de reservas ecológicas e defendendo a não retirada das populações que nelas vivem, desde ribeirinhos até indígenas (Ribeiro 2005).

Já os conservacionistas atentam para a necessidade de uso adequado e criterioso dos recursos naturais, de forma racional, para se evitar o desperdício, e para que a utilização desses recursos seja em benefício da maioria dos cidadãos (Diegues, 1996). Trata-se de uma proposta de uso adequado da natureza enquanto recurso (Ribeiro 2005), baseado em uma apropriação metódica deles (Diegues, 1996), algo próximo ao que Joan Martínez-Alier (2007) denominou de “evangelho da ecoeficiência”. Diferentemente do preservacionismo, que pressupõe a proteção integral de “áreas naturais” para apreciação estético-contemplativa, o conservacionismo impõe um valor de troca com as riquezas naturais, regulando sua utilização por meio de leis mercadológicas de oferta e demanda, e investindo na natureza como reserva monetária de médio e longo retorno. O uso racional corresponde então à adequação das reservas de combustível natural às necessidades do capital, na busca pelo equilíbrio que evite o desperdício dessa valiosa mercadoria. Concordamos com Dinizar F. Becker (2002, 59), quando este afirma que “racionalizar” passou a significar, no modo de produção capitalista, menos tempo, estoques, trabalho, energia, custos, entre outros. Para esse autor, racionalizar é acima de tudo elevar a produtividade, potencializar a valorização dessa escalada produtiva e viabilizar a financeirização da riqueza.

Antônio Carlos Diegues (1996, 29) acrescenta que as ideias conservacionistas foram precursoras da hoje instituída concepção de desenvolvimento sustentável, pois Gifford Pinchot, nos Estados Unidos do século XIX, “agia dentro de um contexto de transformação da natureza em mercadoria”. Dessa forma, não se questionava a apropriação capitalista da natureza, mas sim, o ritmo veloz dessa apropriação. Theodore Roosevelt, presidente norte-americano no período de 1901 a 1909, e bastante influenciado pelas ideias liberais de Gifford Pinchot, afirmava que as riquezas de uma nação estão nos recursos naturais disponíveis em seu território e no controle dos mesmos em outros países (Eir 2001).

Montibeller-Filho (2008), por meio do estudo da obra de Leis e D’Amatto (1995), divide historicamente o movimento ambientalista da segunda metade do século XX em cinco decênios, assim considerados: a) na década de 1950, emerge o ambientalismo dos cientistas, com a inclusão da temática ambiental em breves relatórios e documentos da UNESCO; b) na década de 1960, surge o ambientalismo das ONGs (e dos movimentos sociais), com uma nova estruturação, dotada de ideias prolixas e, em geral, bastante atuantes; c) na década de 1970, ocorre a institucionalização do ambientalismo, com a Conferência de Estocolmo, em 1972, e a gerência definitiva, por parte da ONU, das questões intrínsecas à problemática ambiental; d) nos anos de 1980, têm-se a era do fortalecimento dos Partidos Verdes e a constituição da Comissão Brundtland, que definirá a

concepção de Desenvolvimento Sustentável como agenda do novo século; e) por fim, na década de 1990, as empresas passam a adotar o desenvolvimento sustentável em suas estruturas produtivas e mercadológicas, numa espécie de empreendedorismo verde. Apesar de controverso, é possível perceber nesse esforço de periodização a consolidação da temática ambiental e seus braços mais sólidos, particularmente através da análise das ONGs e dos Partidos Verdes.

A obra *Máfia Verde* (Eir 2001) aponta a origem elitizada das ONGs (Organizações Não-Governamentais, expressão cunhada pela Fundação da Comunidade Britânica – *Commonwealth Foudation*) nos anos de 1960, cujo aparato provém de uma imensa estrutura constituída de mais de 1.000 fundações familiares oligárquicas da América do Norte e da Europa, além de doações de empresas privadas dos países desenvolvidos. Os autores mostram, por exemplo, que a UICN e a *Conservation Foundation* têm suas origens nos esforços de Julian Huxley e Max Nicholson, membros da Sociedade Eugênica Norte-Americana, que receberam financiamento de Fairfield Osborn, sobrinho de Henry Osborn, organizador da conferência Eugênica Internacional, em Nova Iorque, que serviu de base do ideal racista do nazismo. A WWF também tem fundação aristocrática – Casa de Windsor, em 1961 (a mesma que, em 1170, ocasionou o corte de uma floresta inteira para a edificação do castelo, como explicado anteriormente) –, conciliando os esforços dos príncipes Philip, da Inglaterra, e Bernardo, da Holanda, e o pintor conservacionista, Peter Scott (a quem é oficialmente atribuída a “paternidade” da organização) (EIR 2001). Os autores não apresentam dúvidas quanto à origem elitista das ONGs e suas amarrações com causas da classe dominante branca do período, e apontam em sua obra que o ideal da conservação silvestre era um passo importantíssimo para o estabelecimento de um governo mundial.

Já a institucionalização dos primeiros partidos verdes só aconteceria na década de 1970, inicialmente na Oceania, especificamente na Austrália (Tasmânia) e na Nova Zelândia, ao contrário do que geralmente se imagina. O primeiro partido de plataforma ambientalista surgiu na Tasmânia, em 1971, com o objetivo político de salvar o lago Pedder, e teve duração efêmera, até 1977. O segundo Partido Verde foi fundado na Nova Zelândia, em 1972, contra o represamento do lago Manapouri e o aproveitamento hidroenergético do rio Clutha. Esse partido neozelandês conseguiu alguma expressão logo na sua primeira participação em eleições, arregimentando 2,7% dos votos nacionais. Ambos os partidos tinham vinculação comunitária e lutavam contra as mazelas do industrialismo, assim como possuíam em comum certa frustração de seus partidários com o ideário trabalhista. Somente após essas duas primeiras experiências surgiram, em 1973, os primeiros partidos verdes europeus, na Grã-Bretanha e na Alemanha. Nesse último país, em parte pela destruição da guerra, mas também pelo cultuado estilo jovem excursionista romântico propalado no século XIX (a tradição do Wandervögel), associado ao elemento sagrado cultuado na natureza nacional e também pela contracultura então emergente, o Partido Verde obtém maior sucesso e participa ativamente dos grandes debates políticos nacionais, destacadamente na década seguinte. Se os dois primeiros partidos, calcados na plataforma ambiental, são oriundos de países desenvolvidos, mas de tradição extrativista, os novos partidos europeus adotaram o ambientalismo plenamente vinculado a questões políticas e econômicas, e deslocaram as discussões ecológicas para as universidades e para os parlamentos (Rabóczkay 2004). O apoio desses partidos será fundamental para a elevação das discussões sobre meio ambiente a um plano internacional, com a maciça divulgação de reportagens, denúncias e estudos correlatos.

Além das ONGs e da institucionalização de partidos verdes, algumas obras são marcantes na divulgação da problemática ambiental. Entre as mais importantes, sem dúvida, podemos destacar *Primavera Silenciosa* (*Silent Spring*), de Rachel Carson (1962), que, além de escritora, era bióloga do Serviço de Caça e Pesca dos Estados Unidos, uma “biógrafa do mar”, segundo suas próprias palavras. Em um dos livros mais importantes do século XX (Palmer 2006), Carson mostrou que grande parte da atividade humana produzia efeitos negativos sobre o meio ambiente (McFetridge et al. 1992). A autora cristalizou uma “ética do meio ambiente”, inspiradora do “ambientalismo de base”, do movimento da “ecologia profunda” e até do “ecofeminismo” (Hynes 1989 citado por Palmer 2006, 200). *Primavera Silenciosa* questionava o uso de venenos, particularmente o impacto do uso de DDT (Dicloro-Difenil-Tricloroetano), o primeiro pesticida moderno – que rendeu o Nobel de Medicina de 1948 a Paul Hermann Müller, seu inventor – usado no combate aos mosquitos causadores da malária e do tifo (Claval 2007), mas que, segundo a autora, poderia causar câncer em seres humanos e também o aumento de mortalidade de pássaros. Podemos destacar que *Primavera Silenciosa*, e também o *Limites do Crescimento* (*The Limits to Growth*, 1971), do Clube de Roma, são livros que mudaram o mundo sob o prisma do ambientalismo.

Limites do Crescimento teve especial importância para a problemática ambiental, principalmente pela imensa divulgação internacional (que acabou por colocar a questão ambiental na agenda política mundial) (Oliveira 2006), e também por trazer “para o primeiro plano da discussão problemas cruciais que os economistas do desenvolvimento econômico sempre deixaram à sombra” (Furtado 1998, 09). A proposta central de *Limites do Crescimento* era parar o crescimento (Rattner 1979) econômico e populacional. Nesse item, o livro apresenta um tom pessimista, assim como a primeira edição do *Ensaio sobre o Princípio da População*, de Thomas Robert Malthus (1798) (Drouin 2008)⁵. Dessa forma, *Limites do Crescimento* se enquadra no conjunto de obras em que John McCormick (1992) se refere como escritas por “Profetas do Apocalipse” (ou ainda, “Novos Jeremias”), pelo tom catastrofista dos apontamentos e conclusões dos autores.

Segundo Celso Furtado (1998, 11), “a importância do estudo feito para o Clube de Roma deriva exatamente do fato de que nele foi abandonada a hipótese de um sistema aberto no que concerne à fronteira dos recursos naturais”. O autor lembra não haver nesse estudo “qualquer preocupação com o respeito à crescente dependência dos países altamente industrializados *vis-à-vis* dos recursos naturais dos demais países”, e tampouco “com as consequências para estes últimos do uso predatório pelos primeiros de tais recursos” (Furtado, 1998, 11). Assim, Celso Furtado (1998, 11), mostra que

a novidade está em que o sistema pôde ser fechado em escala planetária, numa primeira aproximação, no que se refere aos recursos não renováveis. Uma vez fechado o sistema, os autores do estudo formularam a seguinte questão: que acontecerá se o desenvolvimento econômico, para o qual estão sendo mobilizados todos os povos da terra, chegar efetivamente a concretizar-se, isto é, se as atuais formas de vida dos povos ricos chegarem efetivamente a

5 Segundo Tom Tietenberg (2000), tal trabalho é um importante exemplo de “modelo pessimista” da relação entre desenvolvimento e meio ambiente.

universalizar-se? A resposta a essa pergunta é clara, sem ambiguidades: se tal acontecesse, a pressão sobre os recursos não renováveis e a poluição do meio ambiente seria de tal ordem (ou alternativamente, o custo do controle da poluição seria tão elevado) que o sistema econômico mundial entraria necessariamente em colapso.

Segundo o autor, o espraiamento do modo de vida das populações dos países mais ricos aos países mais pobres é insustentável, de maneira que o modelo de desenvolvimento dominante a ser copiado pelas nações periféricas colocaria em risco a própria existência humana na Terra. A solução propugnada no *Limites do Crescimento* não implicava, evidentemente, em distribuir a riqueza já produzida mundialmente, mas congelar o crescimento para que as nações periféricas não atingissem o mesmo grau de desenvolvimento dos países mais ricos, e, por conseguinte, aumentasse a pressão sobre os “recursos” da natureza.

Contudo, é importante asseverar que não foi possível encontrar no *Limites do Crescimento* uma ideia-força capaz de aproximar centro e periferia, de servir de motor para os acordos da Conferência de Estocolmo. Essa conferência, influenciada pelo relatório do Clube de Roma, não constituiu uma ideia que conclamasse os países a estabelecerem estratégias ambientais comuns. Estocolmo foi palco de confronto entre os chamados “zeristas”, que defendiam a contenção do desenvolvimento econômico, e os “desenvolvimentistas”, que defendiam o crescimento econômico, ainda que com o ônus da poluição (Evaso et al. 1992⁶, Ribeiro 2005, Rodrigues 1993). A Conferência de Estocolmo esteve marcada pelo dissenso entre países centrais e periféricos (no tenso período de Guerra Fria), pautado no debate sobre possíveis soluções para o veloz e destrutivo ritmo de utilização das riquezas naturais.

Se não foi possível congregiar os interesses entre centro e periferia, é coerente considerar que a união entre desenvolvimento e sustentabilidade estava sendo desenhada já no *Limites do Crescimento*, quando lemos no documento que “medidas tecnológicas são acrescentadas às políticas que regulam o crescimento do processamento anterior, com o fim de produzir um estado de equilíbrio que seja sustentável em um futuro longínquo.” (Meadows 1973,162).

Mesmo não existindo o termo desenvolvimento sustentável, já é perceptíveis preocupações com o “equilíbrio” e o “futuro”, que irão nortear os documentos ambientais propugnados pela ONU, especialmente o *Nosso Futuro Comum* e, posteriormente, a Agenda 21, assinada durante a Conferência do Rio de Janeiro, em 1992.

O desenvolvimento encontra o sustentável

A publicação do extenso Relatório Brundtland, que adquiriu o sugestivo título de *Nosso Futuro Comum* (*Our Common Future*), na década de 1980, foi o corolário do processo de alinhamento dos interesses econômicos com a questão ambiental. Tal documento é a adequação entre economia e ecologia (de um ponto de vista conservador), através da combinação entre

⁶ Lemos nas palavras de Evaso et al. (1992, 94) que “de modo geral, duas foram as teses discutidas durante o evento: de um lado, os zeristas, representados pelos países desenvolvidos, que defendiam a contenção do crescimento econômico frente à provável esgotabilidade dos recursos naturais que o ritmo de exploração da natureza poderia causar, isto é, propunham o crescimento zero para os países dependentes, congelando-os no estágio em que se encontravam; de outro, os desenvolvimentistas, cujos adeptos eram em sua maioria países do chamado Terceiro Mundo, reivindicando o desenvolvimento, mesmo que este trouxesse consigo a poluição”.

a ideia do desenvolvimento sustentável e o neoliberalismo econômico enquanto proposta hegemônica na nova ordem.

O Relatório Brundtland pretendeu mostrar que o crescimento é possível desde que todos os países, especialmente os da periferia, sigam suas normas, em oposição ao *Limites do Crescimento*, que revelava os interesses dos países centrais em manter a divisão territorial do trabalho e também os conflitos e as contradições entre o “norte desenvolvido” e o “sul subdesenvolvido”. Assim, o Relatório Brundtland apresenta uma visão otimista, ao contrário do que apresentava a obra *Limites do Crescimento*. Lança com essa perspectiva uma cortina de fumaça nas contradições e conflitos com a constituição de uma ideia capaz de preconizar um futuro comum para todos, a partir de uma estratégia de desenvolvimento dentro do sistema capitalista: o desenvolvimento sustentável. As catástrofes relatadas no documento, como a seca prolongada na África, os acidentes nucleares de Tchernobyl, um vazamento em uma fábrica de pesticidas na Índia e de produtos tóxicos no Rio Reno – todos de gigantescas proporções e vários óbitos – não abalaram a confiança da proposta de desenvolvimento sustentável contida no Relatório Brundtland. Para José Carlos Barbieri (2007) e David Carvalho (2003), o otimismo presente nesse relatório baseia-se no entendimento de que a humanidade seria capaz de aprimorar suas atividades de acordo com os limites do planeta.

O Relatório Brundtland atingiu seu objetivo ao preconizar uma estratégia dominante, de caráter universalizante, sob o manto ideológico da natureza como bem comum da humanidade, como se houvesse uma apropriação igual das riquezas. A formulação do desenvolvimento sustentável somente pode ser compreendida à luz do entendimento do neoliberalismo, que surge como teoria no pós-guerra (aleatoriamente à problemática ambiental contemporânea) e tornou-se paulatinamente a matriz econômica dominante da ordem da globalização.

Segundo David Harvey (2008, 12), o neoliberalismo é

uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos de propriedade privada, livres mercados e livre comércio⁷.

A teoria neoliberal, que, segundo o excerto, se caracteriza por livres mercado e comércio, baseia-se em um aparato conceitual que se consolidou a partir de ideais convincentes, valiosos e sedutores, como dignidade humana e liberdade individual, em um mundo pós-guerra, pós-nazi-fascista e que vivia sob os auspícios da Guerra Fria. Para que tais ideais se consolidem na prática, o mesmo autor afirma que

o papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e funções familiares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir os direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados. Além disso, se não existirem mercados (em áreas

⁷ A liberdade era a base da “filosofia” de Hayek e Friedman: liberdade de escolhas, igualdade de direitos e oportunidades, com o maior uso das forças espontâneas da sociedade (Hayek 1977, Friedman 1977).

como a terra, a água, a instrução, o cuidado de saúde, a segurança social ou a poluição ambiental), estes devem ser criados, se necessário, pela ação do Estado. As intervenções do Estado nos mercados (uma vez criados) devem ser mantidas num nível mínimo, porque, de acordo com a teoria, o Estado possivelmente não possui informações suficientes para entender devidamente os sinais do mercado (preços) e porque poderosos grupos de interesse vão inevitavelmente distorcer e viciar as intervenções do Estado (particularmente nas democracias) em seu próprio benefício (Harvey 2008, 12).

Dessa maneira, segundo os ensinamentos de David Harvey, o Estado tem um importantíssimo papel no neoliberalismo econômico. No liberalismo clássico (Adam Smith, Thomas Malthus, David Ricardo), o Estado deveria, teoricamente, se ausentar da economia, para garantir que a “mão invisível do mercado” e a política do *laissez-faire*⁸ tornassem o mercado o senhor das decisões. O liberalismo aponta a ideia de que “o mundo seria melhor – mais justo, racional, eficiente e produtivo – se nele reinasse, soberana, a livre iniciativa, se as atitudes econômicas dos indivíduos (e suas relações) não fossem limitadas por regulamentos e monopólios, estatais ou corporativos” (Moraes 2000, 07). No neoliberalismo – cujo prefixo “neo” demonstra a referência à economia neoclássica – o Estado não se ausenta da economia: ao contrário, tal teoria é uma forma para que o Estado coloque o mercado em primeiro lugar em suas decisões.

Podemos apontar, de maneira sintética, que, para David Harvey (2008), o neoliberalismo possuía uma base conservadora (contraditória aos ideais de liberdade), e significou em seu viés geopolítico e em sua perspectiva ideológica um catálogo de ações que enumeramos a seguir: a) o FMI e o Banco Mundial tornaram-se centros de propagação de implantação do “fundamentalismo do livre mercado”; b) empreendeu-se um processo de “recolonização” – ou “colonialismo sem colônias” – em uma estratégia imperialista promulgada pelos Estados Unidos; c) ocorreu o fortalecimento do braço coercitivo do Estado, que vai do apoio aos golpes na América Latina ao fortalecimento das guerras supostamente “antiterror” – possivelmente rumo a um imperialismo abertamente sustentado pela força militar (Cf. Harvey 2004) –, além da disciplinarização dos sindicatos e movimentos sociais; d) consolidou-se a “financeirização” de tudo, com o pleno domínio das finanças sobre as outras áreas da economia, concatenada à reestruturação produtiva do capital e calcada no modelo de acumulação flexível – e com as consequentes “adaptações espaciais do *just-in-time*” (Cf. Franca 2007), e a constituição de “novas territorialidades da produção” (Cf. Oliveira 2002); e) emergiu uma retórica baseada na identidade, no multiculturalismo, no consumismo narcisista e em outras dimensões estético-teóricas que buscam eclipsar os conhecimentos pautados na dialética e nas reflexões sobre poder e exploração do trabalho; e f) destacou-se a falsidade ideológica do livre comércio, já que a quebra de barreiras alfandegárias não suplantou os protecionismos e serviu prioritariamente para dilatar as fronteiras da periferia econômica mundial para as mercadorias dos países centrais.

É sob os auspícios do neoliberalismo que ocorreu a aprovação pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1983 (ou seja, após a chegada ao poder de Margareth Thatcher, no Reino Unido, e de Ronald Reagan, nos Estados Unidos, entre outras experiências), da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD). Esta se constituiu como uma referência para

⁸ Contração da expressão em língua francesa *laissez faire, laissez aller, laissez passer*, que significa literalmente “deixai fazer, deixai ir, deixai passar”.

a gênese do processo, que culminou com a formulação dos pressupostos, em tons consensuais, da concepção de desenvolvimento sustentável adequado a essa doutrina econômica. Ressaltamos que, apesar de a terminologia desenvolvimento sustentável surgir especificamente em um trabalho anterior, intitulado *Estratégia de Conservação Mundial*, resultado dos esforços comuns das ONGs UICN (União Internacional para a Conservação da Natureza) e WWF (*World Wide Fund for Nature* – Fundo Mundial para a Natureza), em solicitação do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), no ano de 1980 (Baker 2006, Bayliss-Smith 1996, Barbieri 2007, Hopwood, Mellor e O'Brien 2005, Vieira 2002), efetivamente, é a partir da formação da CMMAD que o desenvolvimento sustentável ganha contornos mais incisivos.

Durante os quatro anos de trabalho da equipe presidida pela primeira ministra norueguesa (e líder do partido trabalhista), Gro Harlem Brundtland⁹, foram apreciadas possíveis “soluções” para os grandes problemas ambientais (e sociais), visando paulatinamente indicar a implementação de mudanças práticas e apontar os principais entraves para a execução das reformas propostas. Estas constituíam, antes de mais, um ajuste, sob forma de acordo, para intercâmbio de tecnologias, informações e investimentos, que consolidasse uma interferência “mútua” internacional como chave para a construção de um novo padrão de desenvolvimento menos agressivo com a natureza. Nesse caso, vale destacar que, na pauta dessa equipe da ONU, a natureza global acaba cada vez mais incorporada como uma mercadoria de valor crescente, e por isso, incomensurável a médio e longo prazos.

Com a publicação, em 1987, dos trabalhos da CMMAD, elabora-se a matriz discursiva do desenvolvimento sustentável, que, segundo os pressupostos contidos no documento, é a base para uma utilização mais adequada da natureza para satisfação das necessidades humanas. Além das necessidades básicas – alimentos, roupas, habitação, emprego – outras aspirações parecem tornar-se legítimas nesse documento, que resume esse propósito, inscrevendo a melhoria da “qualidade de vida” da população mundial enquanto meta central a ser alcançada (Brundtland 1988). Por fim, o Relatório Brundtland afirma ser prioridade global a satisfação das necessidades dos pobres do mundo. Mas seria essa prioridade possível no sistema capitalista, ou seja, eleger como preocupação maior a satisfação de interesses gerais?

Em defesa do desenvolvimento sustentável, lemos, no Relatório Brundtland (1988, 47), que

a satisfação das necessidades essenciais depende em parte que se consiga o crescimento potencial pleno, e o desenvolvimento sustentável exige claramente que haja crescimento econômico em regiões onde tais necessidades não estão sendo atendidas. Onde já são atendidas, ele é compatível com o crescimento econômico, desde que esse crescimento reflita os princípios amplos da sustentabilidade e da não exploração dos outros.

O crescimento econômico e a efetivação do capitalismo em escala planetária não são pressupostos de promoção de equidade social, nem significam a satisfação das necessidades. Já asseveramos em ocasiões anteriores (Oliveira 2001, 2005, 2006, 2007, 2010, 2011 e 2011a),

9 A Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento era composta por 23 comissários de 22 países que atuaram sem vinculação com seus governos: Noruega (Presidente), Sudão (Vice-Presidente), Alemanha, Arábia Saudita, Argélia, Brasil (Paulo Nogueira Neto), Canadá (dois representantes, um dos quais Maurice Strong), China, Colômbia, Costa do Marfim, Estados Unidos, Guiana, Hungria, Índia, Indonésia, Itália, Iugoslávia, Japão, México, Nigéria, a então União Soviética e Zimbábue (Lago 2007).

que o desenvolvimento sustentável não se preocupa com as necessidades presentes e tampouco futuras da sociedade: essa concepção significa um ajuste técnico na ordem vigente, sem que haja uma profunda alteração na ordem hegemônica. A Geopolítica do Desenvolvimento Sustentável é acima de tudo o projeto político de dominação territorial, com base no controle das riquezas naturais, articulado estrategicamente de forma diplomático-protocolar, destacadamente por meio das grandes conferências ambientais.

Destarte, Henri Acselrad (2000) define que o desenvolvimento sustentável é a fórmula encontrada para responder aos impactos negativos da concepção industrialista de progresso, incorporando o capital ambiental e abandonando a visão de que a natureza é um bem livre, dando a ela um preço justo (Acselrad 1993). A concepção de desenvolvimento sustentável significou o encontro entre os pressupostos econômicos dominantes e a problemática ambiental sob uma ordem geopolítica, sem que se questionasse o significado de desenvolvimento e seus matizes técnicos, políticos, econômicos e sociais.

Reflexões finais

A institucionalização do desenvolvimento sustentável (Nobre e Amazonas 2002) enquanto norma, e da hegemonia da economia neoclássica sob vestes neoliberais, no Relatório Brundtland, não traz consigo uma definição clara acerca dessa concepção. A famosa definição de desenvolvimento sustentável como aquele que atende “as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades” (Brundtland 1988, 46) – propalada em diversos documentos de diferentes escalas de tempo e espaço e de organismos diversos (universidade, órgãos governamentais, ONGs, empresas de diferentes portes etc.) – não esclarece pontos importantes e faz da criação de lacunas um importante artifício ideológico. Entre as lacunas dessa concepção, e das propostas contidas no Relatório Brundtland (e da Agenda 21, assinada durante a Conferência do Rio de Janeiro, em 1992), é possível enumerar que: a) apresenta estratégias estanques, que não compreendem uma totalidade de ações concatenadas para a edificação de um modelo alternativo; b) não elucida os sujeitos, e descaracteriza as particularidades, desde as diferenças de classe até o estágio de desenvolvimento de países; c) não apresenta perspectiva temporal de ação – a Agenda 21 é a agenda de um século! –, sem definição de prazos a serem obedecidos; d) não apresenta recorte espacial – a escala é a superfície terrestre, tratada como desprovida de diferenças políticas, culturais, étnicas, climato-botânicas e geomorfológicas; e) utiliza, sem a realização de um debate profícuo, o conceito de “necessidade”, à revelia de um sistema político e econômico, que não se preocupa com necessidades presentes e futuras, e ainda cria novas necessidades cotidianamente; e f), acima de tudo, não deixa claro o que a adição do termo “sustentável” ocasiona de transformação na concepção vigente de desenvolvimento.

Em contraposição à sua aparência vaga, imprecisa (Brüggner 1994, Mattos 1997), ambígua (O’Connor 2003) e paradoxal (Guimarães 1997), o desenvolvimento sustentável é um modelo pragmático baseado no contexto político-econômico vigente, que atende às demandas ambientais do mercado global, oferecendo um mecanismo de regulação para aproveitamento máximo dos recursos. Não é por outro motivo que o desenvolvimento sustentável possui maleabilidade

econômica, sendo adaptável com modelos de livre-mercado ou de maior planejamento/intervenção governamental.

E por trás de todas as premissas do Relatório Brundtland é objetivamente exclusiva a propaganda – agora com gabarito técnico – da utilização racional (conservação/preservação/proteção) das riquezas naturais, entendidas como “recursos”. O Relatório Brundtland (*Nosso Futuro Comum*), quando comparado com o Relatório Meadows (*Limites do Crescimento*), apresenta um artifício de convencimento: apesar de apresentar-se com observações difusas, é um texto fluente, com o estatuto de promover uma verdadeira bula para um “futuro comum” melhor e ambientalmente saudável. Construído um tom consensual em torno do desenvolvimento sustentável, e “aparadas as arestas” do desenvolvimento com o meio ambiente, restava, então, estruturar um evento capaz de coroar, em nível mundial, o novo modelo de produção ecolucrativo, que se explicitou melhor na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1992.

Podemos afirmar que, durante a Conferência do Rio de Janeiro, conhecida como Rio-92 ou Eco-92, o “desenvolvimento” venceu o “sustentável”. O fortalecimento do GEF/Banco Mundial mostrou como se privilegiou o desenvolvimento, e também o quanto a crise ambiental mantém as diferenças Norte-Sul¹⁰. As propostas de vinculação “desenvolvimento sustentável” e “desenvolvimento desigual e combinado” presentes na articulação do PNUMA, sob liderança de Maurice Strong, e também do “Fundo Verde” foram derrotadas (Nobre 2002). A luta maior na Cúpula da Terra, segundo Marcos Nobre (2002), foi travada pelos custos e financiamento da implantação do desenvolvimento sustentável, alçado como um modelo a ser constituído mundialmente. A partir da Conferência do Rio de Janeiro, em 1992, pactuou-se pela tutela do Banco Mundial, através do GEF, no financiamento, controle e processo de auditorias dos projetos ambientais em escala planetária.

A sustentabilidade, para os países do Norte, se consolidou como uma fórmula de gestão ambiental por meio de mudanças prioritariamente tecnológicas. Estamos de pleno acordo com Herbert Marcuse (1969), quando este afirma que a racionalidade tecnológica revela o seu caráter político ao se tornar o grande veículo de dominação, criando necessidades (falsas ou verdadeiras) e prioridades. Essas necessidades/prioridades só poderiam ser identificadas pelos próprios indivíduos livres, ou seja, enquanto não forem autônomos, são incapazes de dar a própria resposta. Concordamos, assim, com Celso Furtado (2000, 22), quando afirma que há “falta de nitidez no termo necessidade humana quando fora de determinado contexto cultural”; nesse caso, o contexto cultural da globalização. Finalmente, soa incompatível na atual sociedade falarmos em “direito planetários” ou “direitos intergeracionais” (Weiss 1988 citado por Lima Jr. 2004, 176), referentes à prerrogativa de cada geração receber o planeta em condições não piores que aquelas da geração anterior, onde existiriam certas obrigações do presente para o futuro.

A rigor, ocorreu uma sutil mudança – da questão das necessidades humanas para o incremento tecnológico –, o que acarretou a diluição da concepção de desenvolvimento

10 A Conferência do Rio de Janeiro estabeleceu que os recursos adicionais para abordar projetos ambientais deveriam ser catalizados através da Facilidade Global Ambiental (*Global Environmental Facility*), e assim havia de se aceitar as prioridades determinadas pelos administradores desse fundo (Rosenthal 1994). O GEF deixou de ser um “clube” exclusivo, antes de se iniciar a conferência, para se tornar um mecanismo criado no Banco Mundial para financiamento ambiental (Montaño 1994).

sustentável, já considerada vaga e improfícua, presente no Relatório Brundtland. Enquanto no discurso continua a se reproduzir a ideia de que o desenvolvimento sustentável busca atender as necessidades das gerações presentes e futuras, a sua ênfase, na prática, é de “combate” aos problemas ambientais globais. E estes, evidentemente, estão longe de encontrar uma solução plausível e profícua.

Referências

Achselrad, Henri. “Desenvolvimento Sustentável: A Luta por um Conceito.” *Proposta: Experiências em Educação Popular. Desenvolvimento e Meio Ambiente* (Rio de Janeiro), no. 56, 1993: 5-8.

Achselrad, Henri. “Sustentabilidade, Espaço e Tempo.” *Meio Ambiente: Questões Conceituais I*. Editado por Selene C. Herculano Niterói, RJ: PGCA – Riocor, 2000.

Agenda 21. Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. *A Agenda 21*. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1996.

Antunes, Ricardo L. C. *O que é Sindicalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1980.

Almeida, Jalcione. “A Problemática do Desenvolvimento Sustentável.” *Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade?* Editado por Dinizar Fermiano Becker. Santa Cruz do Sul, SC: EDUNISC, 2002.

Babini, José. *Las Revoluciones Industriales*. Buenos Aires: Centro Editor da América Latina, 1972.

Baker, Susan. *Sustainable Development*. London, New York: Routledge – Taylor e Francis Group, 2006.

Barbieri, José Carlos. *Desenvolvimento e meio ambiente: as estratégias de mudanças da Agenda 21*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2007.

Bayliss-Smith, Tim e Sandra Owens. “O Desafio Ambiental.” *Geografia humana: sociedade, espaço e ciência social*. Editado por Derek Gregory, Ron Martin e Graham Smith. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

Becker, Dinizar Fermiano. “Sustentabilidade: um novo (velho) paradigma de desenvolvimento regional.” *Desenvolvimento sustentável: necessidade e/ou possibilidade?* Editado por D. F. Becker. Santa Cruz do Sul, SC: EDUNISC, 2002.

Begossi, Alpina. Escalas, economia ecológica e a conservação da biodiversidade. *Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas*. Editado por Clóvis Cavalcanti. São Paulo: Cortez Editora/Fundação Joaquim Nabuco, 1997.

Bernardes, Júlia Adão e Francisco Pontes de Miranda Ferreira. “Sociedade e natureza.” *A Questão ambiental: diferentes abordagens*. Editado por Sandra Batista Cunha e Antônio Teixeira Guerra. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

Biato, Francisco Almeida, Eduardo Augusto de Almeida Guimarães e Maria Helena Poppe de Figueiredo. *A transferência de tecnologia no Brasil*. Brasília: IPEA/IPLAN, 1973.

Boff, Leonardo. “O Ecocídio e o Biocídio.” *Sete Pecados do Capital*. Editado por Emir Sader. Rio de Janeiro: Record, 2000.

- Bocayuva, Pedro Cláudio Cunha. *As metamorfoses do trabalho e da cooperação produtiva: a economia popular e solidária na perspectiva da nova centralidade do trabalho*. Rio de Janeiro: FASE, 2007.
- Brüggner, Paula. *Educação ou Adestramento Ambiental?* Santa Catarina: Letras Contemporâneas, 1994.
- Brundtland, Gro Harlem. Comissão mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento – 1988. *Nosso Futuro Comum* (Relatório Brundtland). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1988.
- Carvalho, David F. “Desenvolvimento Sustentável e seus limites teórico-metodológicos.” *Contra-discurso do Desenvolvimento Sustentável*. Editado por M. Fernandes e L. Guerra. Belém: Associação de Universidades Amazônicas, 2003.
- Carvalho, Ruy de Q. *Tecnologia e Trabalho Industrial*. Porto Alegre: L&PM, 1987.
- Claval, Paul. *La Nueva Geografía*. Barcelona: Oikos-Tau S.A. Ediciones, 1979.
- Claval, Paul. *A Geografia Cultural*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2007.
- Dias, Célia. “As antinômias discursivas de la economia política.” *Ecología Política. Naturaleza, Sociedad e Utopía*. Editado por Héctor Alimonda. Buenos Aires: CLACSO, 2003.
- Dias, Edmundo Fernandes. *A liberdade (im)possível na ordem do capital: reestruturação produtiva e passivização*. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1999.
- Codo, Wanderley. *O que é alienação*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.
- Diegues, A. C. *O mito moderno da natureza intocada*. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- Dobb, Maurice. *A evolução do capitalismo*. Rio de Janeiro, Zahar, 1973.
- Doria, Francisco Antonio. *Marcuse: vida e obra*. Rio de Janeiro (Guanabara): Paz e Terra/José Álvaro Editor, 1974.
- Drouin, Jean-Claude. *Os Grandes Economistas*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- EIR. EXECUTIVE INTELLIGENCE REVIEW. *A Máfia Verde: a ambientalismo a serviço do governo mundial*. Rio de Janeiro: EIR, 2001.
- Ellul, Jacques. *A técnica e o desafio do século*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.
- Escobar, Carlos H. *Epistemologia das ciências hoje*. Rio de Janeiro: Pallas, 1975.
- Evaso, Alexander Sergio et al. “Desenvolvimento sustentável: mito ou realidade?” *Revista Terra Livre*. Geografia, Política e Cidadania, São Paulo, AGB, no. 11-12, 1992: 91-101.
- Fernandes, Valdire Carlos Alberto Cioce Sampaio. “Problemática ambiental ou problemática socioambiental? A natureza da relação sociedade/meio ambiente.” *Desenvolvimento e Meio Ambiente* (Curitiba), no. 18, 2008: 87-94.
- Foladori, Guillermo. *Limites Do Desenvolvimento Sustentável*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2001.
- Foster, John Bellamy e Brett Clark. “Imperialismo ecológico: a maldição do capitalismo.” *O Novo Desafio Imperial*. Editado por Leo Panitch e Colin Leys. Buenos Aires: CLACSO, 2006.
- Franca, Gilberto Cunha. *O trabalho no espaço da fábrica: um estudo da General Motors em São José dos Campos (SP)*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

- Friedman, Milton. *Capitalismo e liberdade*. Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1977.
- Furtado, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.
- Furtado, Celso. *Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- Gimpel, Jean. *A revolução industrial da Idade Média*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- Guimarães, Roberto Pereira. "Desenvolvimento sustentável: da retórica à formulação de políticas públicas." *A geografia política do desenvolvimento sustentável*. Editado por Bertha K. Becker e Mariana Miranda. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.
- Hansen, Gilvan Luiz. *Modernidade, utopia e trabalho*. Londrina: CEFIL, 1999.
- Harvey, David. *O Neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2008.
- Hayek, Friedrich August von. *O caminho da servidão*. São Paulo: Globo, 1977.
- Henderson, W. O. *A Revolução Industrial: 1780-1914*. São Paulo: Verbo/EDUSP, 1979.
- Hobsbawm, Eric J. "Introdução." *Formações Econômicas Pré-Capitalistas*. Editado por Karl Marx. São Paulo: Paz e Terra, 1985.
- Hobsbawm, Eric J. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- Hopwood, B., M. Mellor e G. O'Brien. "Sustainable Development: Mapping Different Approaches." *Sustainable Development*, 13, no. 1, 2005: 38-52.
- Huberman, Leo. *História da riqueza do homem*. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.
- Hunt, E. K. e Howard J. Sherman. *História do pensamento econômico*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1978.
- Lago, André Aranha Corrêa do. *Estocolmo, Rio de Janeiro, Johannesburgo: o Brasil e as três conferências ambientais das Nações Unidas*. Brasília: Instituto Rio Branco, Fundação Alexandre de Gusmão - FUNAG, 2007.
- Lefebvre, Henri. *O Marxismo*. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2009.
- Lima Jr., Jaime Benvenuto. "O direito humano ao meio ambiente." *Justiça social: uma questão de direito*. Editado por Maria E. R. Ortiz. Rio de Janeiro: FASE/DP&A, 2004.
- Lino, Geraldo Luís et al. *Máfia Verde 2: ambientalismo, novo colonialismo*. Rio de Janeiro: Capax Dei Editora, 2005.
- Lopes, J. L. *Ciência e desenvolvimento (Ensaio)*. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro / EDUFF, 1987.
- Marcuse, Herbert. *A ideologia da sociedade industrial*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.
- Martínez-Alier, Joan. *O ecologismo dos pobres*. São Paulo: Contexto, 2007.
- Marx, Karl. *O capital (crítica da economia política)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- Mattos, Carlos A. de. "Desenvolvimento sustentável nos territórios da globalização: alternativa de sobrevivência ou nova utopia?" *A Geografia Política do Desenvolvimento Sustentável*. Editado por B. Becker, e M. Miranda. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.
- McCormick, John. *Rumo ao paraíso: a história do movimento ambientalista*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.
- McFetridge, Donald G. et al. *Economia e meio ambiente: a reconciliação*. Porto Alegre, RS: Ortiz, 1992.

- Meadows, Donella H. et al. *Limites do crescimento: um relatório para o projeto do Clube de Roma sobre o dilema da humanidade*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973.
- Mendonça, Francisco. *Geografia e Meio Ambiente*. São Paulo: Contexto, 1988.
- Minc, Carlos. *Como fazer movimento ecológico e defender a natureza e as liberdades*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1985.
- Miranda, Carlos et al. *Planejando o desenvolvimento sustentável: a experiência recente do nordeste do Brasil*. Brasília, DF: IICA, 1999.
- Montaño, Jorge. "Hacia la consolidación de la Cumbre de Rio: Las Naciones Unidas y el Desarrollo Sustentable." *La Diplomacia Ambiental: México y la Conferencia de las Naciones Unidas sobre Medio Ambiente y Desarrollo*. Editado por A. Glender e V. Lichtinger. México: Fondo de Cultura Económica, 1994.
- Montibeller-Filho, Gilberto. *O mito do desenvolvimento sustentável. Meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias*. Florianópolis, SC: Editora da UFSC, 2008.
- Nobre, Marcos. "Desenvolvimento sustentável: origens e significado atual." *Desenvolvimento sustentável: a institucionalização de um conceito*. Editado por Marcos Nobre e Maurício de Carvalho Amazonas. Brasília, DF: Edições IBAMA, 2002.
- Nobre, Marcos e Maurício de Carvalho Amazonas. *Desenvolvimento sustentável: a institucionalização de um conceito*. Brasília, DF: Edições IBAMA, 2002.
- O'Connor, James. "¿Es posible el capitalismo sostenible?" *Ecología Política. Naturaleza, Sociedad e Utopía*. Editado por Héctor Alimonda. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2003.
- Oliveira, Floriano José Godinho de. "Cidades Industriais e Cidades Pós-Industriais: Breve análise bibliográfica sobre do tema". *Revista Fluminense de Geografia* (Niterói, RJ), 1, no. 01, 2002: 63-78
- Oliveira, Leandro Dias de. A ideologia do desenvolvimento sustentável no ensino da geografia. 2001. 176 f. Monografia (Graduação) – Departamento de Geografia, Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), Faculdade de Formação de Professores (FFP), São Gonçalo, RJ.
- Oliveira, Leandro Dias de. "A ideologia do desenvolvimento sustentável: notas para reflexão." *Revista Tamoios* (Rio de Janeiro), UERJ-FFP, I, no. 2, 2005: 33-38.
- Oliveira, Leandro Dias de. *A construção do desenvolvimento sustentável na cidade de Volta Redonda: Um Estudo sobre Reestruturação do Território e Ideologia*, 2006. 204 p. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro.
- Oliveira, Leandro Dias de. "A construção do 'desenvolvimento sustentável' sob a égide do neoliberalismo: um estudo sobre a economia política da 'crise ambiental'." *5.º Colóquio Internacional Marx e Engels* (Campinas), 2007. 1 CD-ROM.
- Oliveira, Leandro Dias de. "A Geografia da Conferência do Rio de Janeiro – 1992: entre o global e o local, a tensão e a celebração." *VIII ENANPEGE – Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia [Anais]* (Curitiba), 2009.
- Oliveira, Leandro Dias de. "Reflexões sobre a Conferência do Rio de Janeiro 1992 (Eco-92): Desenvolvimento Sustentável, Neoliberalismo e a Celebração de um Consenso." *XVI ENG – Encontro Nacional dos Geógrafos [Anais]* (Porto Alegre). Crise, práxis e autonomia: espaços de resistência e de esperanças. São Paulo, AGB, 1, 2010: 1-10.

Oliveira, Leandro Dias de. *A geopolítica do desenvolvimento sustentável: um estudo sobre a Conferência do Rio de Janeiro (Rio-92)*, 2011. 283 p. Tese (Doutorado) – Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas – SP.

Oliveira, Leandro Dias de. “A geopolítica do desenvolvimento sustentável na CNUMAD – 1992 (Eco-92): entre o global e o local, a tensão e a celebração.” *Revista de Geopolítica* (Ponta Grossa, PR), 2, no. 1, 2011a: 43-56

Ortiz, Renato. “Globalização e mundialização.” *Cadernos de Sociologia* (Campinas, SP), no. 1, 1996: 7-15.

Palmer, Joy A. (Ed.). *50 Grandes Ambientalistas*. São Paulo: Contexto, 2006.

Perroux, François. *Ensaio sobre a filosofia do novo desenvolvimento*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1981.

Pizzi, Jovino. *O desenvolvimento e suas exigências morais*, 2005. Disponível em: <<http://www.ucpel.tche.br/filosofia/vol1/desenvolvimento.pdf>>.

Porto-Gonçalves, Carlos W. “Geografia política e desenvolvimento sustentável.” *Revista Terra Livre. Geografia, Política e Cidadania* (São Paulo), AGB, no. 11-12, 1992.

Porto-Gonçalves, Carlos W. “A invenção de novas geografias.” *Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGEO. Território Territórios*. Niterói, RJ: UFF/AGB, 2002.

Quaini, Massimo. *Marxismo e Geografia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

Rabóczkay, Tibor. *Repensando o Partido Verde Brasileiro*. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2004.

Rattner, Henrique. *Planejamento e bem-estar social*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

Ribeiro, W. C. *A ordem ambiental internacional*. São Paulo: Contexto, 2005.

Rodrigues, Arlete Moysés. “Novas práticas e novas matrizes discursivas?” *O novo mapa do mundo. natureza e sociedade de hoje: uma leitura geográfica*. Editado por Maria Adélia Aparecida de Souza et al. São Paulo: HUCITEC, 1993.

Ribeiro, W. C. *Produção e consumo do e no espaço: problemática ambiental urbana*. São Paulo: Hucitec, 1998.

Ribeiro, W. C. “Apresentação”. *Problemática Ambiental Urbana. Textos Didáticos, no. 56*. Editado por Arlete M. Rodrigues. Campinas, SP, IFCH/UNICAMP, 2005.

Ribeiro, W. C. “Problemática ambiental = agenda política: espaço, território e classes sociais.” *Boletim Paulista de Geografia*, 83, 2006a: 91-110.

Ribeiro, W. C. “Manejo integrado, risco e vulnerabilidade social: evitar tragédias, corrigir problemas?” *Desenvolvimento Sustentável: Desafios e Discussões*. Editado por D. Rodriguez e D. Pinheiro. Rio de Janeiro/São Paulo/Fortaleza: ABC Editora, 2006b.

Ribeiro, W. C. “A abordagem ambiental – questões para reflexão”. *Problemática ambiental urbana: abordagens contemporâneas. Textos Didáticos, no. 63*. Editado por Arlete Moysés Rodrigues. Campinas, SP, IFCH/UNICAMP, 2007.

Rodrigues, Neidson. *Glórias e misérias da razão: deuses e sábios na trajetória do mundo ocidental*. São Paulo: Editora Cortez, 2003.

- Rosenthal, Gert. "América Latina y el Caribe ante los Problemas Ambientales y del Desarrollo". *La diplomacia ambiental: México y la Conferencia de las Naciones Unidas sobre medio ambiente y desarrollo*. Editado por A. Glender e V. Lichtinger. México: Fondo de Cultura Económica, 1994.
- Rossetti, José P. *Introdução à Economia*. São Paulo: Editora Atlas, 1984.
- Sader, Emir. *Século XX: uma biografia não-autorizada (O século do Imperialismo)*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.
- Santos, Milton. *Território e Sociedade: Entrevista com Milton Santos*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2000.
- Santos, Milton. *A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: EDUSP, 2002.
- Scotto, Gabriela, Isabel Cristina de Moura Carvalho e, Leandro Belinaso Guimarães. *Desenvolvimento Sustentável*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- Sinaceur, M. A. "O Desenvolvimento: Para Quê? (Introdução)". Ensaio sobre a Filosofia do Novo Desenvolvimento. Editado por François Perroux. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1981.
- Taylor, Peter J. "As Raízes geográficas do desafio da sustentabilidade e uma alternativa política pós-moderna." *A Geografia Política do Desenvolvimento Sustentável*. Editado por B. Becker e M. Miranda. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1997.
- Tietenberg, Tom. *Environmental and Natural Resource Economics*. Massachusetts: Addison-Wesley Longman, 2000.
- Veiga, José Eli da. *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- Vieira, Susana Camargo. "A construção do conceito de desenvolvimento sustentável." Editado por Denise Pini Rosalem da Fonseca e Josafá Carlos da Siqueira. *Meio Ambiente, Cultura e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Sette Letras/História y Vida, 2002.